

A INOCÊNCIA DE ALICE NA ANTITESE ENTRE AUTORITARISMO E EMANCIPAÇÃO

THE INNOCENCE OF ALICE IN THE ANTITHESIS BETWEEN AUTHORITARISM AND EMANCIPATION

Carlos Roberto Gonçalves da Silva 1
Márcia Tavares 2

Resumo: O livro *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll, narra a história de Alice, menina curiosa que segue o Coelho Branco até o País das Maravilhas, lugar no qual o absurdo e o impossível não só podem acontecer, como acontecem. Na obra, a relação autoritária pode ser vista sob a ótica da interrelação entre autoritário e emancipatório na construção do texto. Dessa forma, este trabalho objetiva identificar e analisar aspectos emancipatórios e autoritários no discurso da personagem Alice e nas intervenções do narrador, tendo como pano de fundo a concepção de criança, visto que o livro se dirige ao público infantil. Para tanto, está fundamentado na proposta de leitura em teóricos como Zilberman e Cademartori (1982), assim como Coelho (2000) e Ariès (1981). É esperado apontar as nuances no discurso de Alice e do narrador, considerando a época em que o livro foi escrito e as noções de infância circunscritas a ela.

Palavras-chave: Literatura Infantil. Autoritarismo. Emancipação. Noção de Criança.

Abstract: The book of Lewis Carroll, *Alice in Wonderland*, tells the story of Alice, a curious girl who follows the White Rabbit to Wonderland, a place where absurdity and the impossible can not only happen, but they do. In the work, the authoritarian relationship can be seen from the perspective of the interrelation between authoritarian and emancipatory in the construction of the text. Thus, this paper to identify and analyze emancipatory and authoritarian aspects in the speech of the character Alice and in the narrator's interventions, having as a background the child conception, since the book is aimed at children. For this, this paper is based the reading proposal on theorists like Zilberman and Cademartori (1982), as well as Coelho (2000) and Ariès (1981). This work hope to point out the nuances in the discourse of Alice and the narrator, considering the time when the book was written and the notions of childhood circumscribed to it.
Keywords: Children's Literature. Authoritarianism. Emancipation. Notion of Child.

Graduando em Letras – Língua Portuguesa, na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3218983858804229>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7129-9730>.
E-mail: borges.carlosroberto9@gmail.com

Doutora em Literatura Brasileira (UFPB), vinculada ao Programa de Pós-graduação em Linguagem e Ensino (UFCG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1904168802083424>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3359-7766>.
E-mail: tavares.ufcg@gmail.com

Introdução

À guisa de conceituação, Cademartori (2010) caracteriza a literatura infantil como sendo um conjunto de obras que levam em conta a forma, ou seja, a estética, e o endereçamento dos textos ao leitor infantil. Prevendo a idade do leitor, o escritor opta pela forma de comunicação adequada, atendendo a interesses da criança e respeitando suas potencialidades. A experiência das crianças também é um importante aspecto a ser considerado, tendo em vista que a estrutura textual e o estilo das linguagens verbo-visuais têm por objetivo inteirar-se das experiências que o pupilo já teve. No que concerne às temáticas, sabe-se que os temas são selecionados, assim como estrutura e estilo, com a finalidade de entrar em contato com o leitor, correspondendo às expectativas que este criou, ao passo em que o foco narrativo deve permitir a superação delas.

Por vezes, os livros infantis situam-se em extremos, tendo em vista que, sob a terminologia posta, coexistem diversas modalidades e processos textuais. Em algumas obras, direcionadas às crianças, o sonho, a fantasia, o sem-sentido se instauram como subversão do mundo racional dos adultos. Noutras, porém, a reflexão engendrada é sobre temas sociais – racismo, misoginia, diferenças entre classes etc. O que temos é a produção de um adulto para uma criança na qual se materializam as ideias dos mais velhos acerca do que as crianças devem ser e como precisam pensar. Temos um sistema binário, pelo qual o livro infantil ora desenha o sonho da infância, ora sobressalta o intuito de formação.

Cademartori (2010) advoga pela ideia de que as obras infantis que respeitam as crianças podem ser definidas como aquelas cujos textos potencialmente permitem o leitor a ampla atribuição de sentidos àquilo que lê. Não se deve reduzir o prazer da leitura das crianças à mera transposição de intenções veiculadas pelo autor, nem tampouco cercear a possibilidade de trabalho com o texto literário como um fim pedagógico, de modo que sirva apenas para educar os alunos. Nas palavras da autora, a literatura infantil que pode ser considerada digna desse nome tem por característica o estímulo da criança a vivenciar uma aventura com a linguagem e seus efeitos de sentido, em contraponto a cercear seu pensamento pelas intenções do autor.

Historicamente, a literatura infantil, dentro do sistema literário, ocupa um espaço de subalternidade se comparada aos clássicos eruditos. No sistema educacional, porém, esse espaço é transubstanciado em um lugar privilegiado, graças ao papel que assume na formação leitora dos alunos, função assumida pela escola. É nesse sentido que Ligia Cademartori (2010), em seu livro que introduz a história desse fazer literário, propõe que pensemos a literatura infantil sob duas óticas, na confluência de critérios estéticos – voltados para o sistema literário – e pedagógicos – ligados aos interesses da escola e da sociedade.

No Brasil, os primeiros textos infantis datam do final do século XIX e início do século XX, com Alberto Figueiredo, Alexina de Magalhães Pinto e Júlia Lopes de Almeida, assim como Adelina Lopes Vieira. Vale salientar que esses são considerados “cânones pedagógicos”. Esses “cânones”, porém, são rompidos com a obra de Monteiro Lobato, com novas perspectivas de leitura, mudando a ideia da literatura infantil. *Reinações de Narizinho*, por exemplo, apresenta uma feição bastante distinta daquela que marca a narrativa didática e moralizante, uma vez que procura interessar a criança, captar sua atenção e diverti-la. O livro passa a ser um lugar onde a criança pode morar.

Até aqui, o percurso trilhado pela revisão breve da teoria demonstra que os livros infantis estão situados em um sistema antagônico binário: o autoritarismo pedagógico e a emancipação do sujeito leitor. Em várias obras teórico-críticas, *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll, é citada como um livro marco no distanciamento do caráter pedagogizante da literatura. Contudo, ainda percebemos um resquício de autoritarismo na obra. Dessa forma, objetivamos identificar e analisar aspectos emancipatórios e autoritários no discurso da personagem Alice e nas intervenções do narrador, tendo como pano de fundo a concepção de criança, visto que o livro se dirige ao público infantil.

Nas próximas seções, abordaremos o enredo do livro, seguida da fundamentação teórica na qual nos baseamos, partindo para a análise de trechos da obra e encerrando o artigo com nossas considerações finais.

A infância em foco

Pensar uma linha temporal de como as ideias acerca da infância se constituíram em nossa sociedade é resgatar uma série de documentos que, em determinados períodos, registraram o papel da criança na sociedade. Há que se considerar que esses registros eram (e ainda são) feitos por porta-vozes específicos, estes que observam a criança em sociedade e testemunham sua presença – os adultos. A voz da criança, acerca de sua autopercepção enquanto sujeito (e mais, enquanto ser humano), foi historicamente apagada. Hoje, consideramos que os indivíduos nascem bebês e passam por um período em que são chamados de crianças, mas nem sempre foi assim.

Em clássica obra, o pesquisador francês Philippe Ariès (1981) indica que o conceito que se tem sobre a infância foi sendo socio-historicamente construído. Por muito tempo, a criança não era vista como um ser em desenvolvimento, que possui características físicas, psicológicas e necessidades específicas, distintas das demais pessoas, mas como um pequeno adulto – ou um adulto em miniatura.

Rocha (2002), em diálogo com a obra do pesquisador supracitado, indica que, nessa perspectiva do “adulto em miniatura”, a criança era:

(...) vista como substituível, como ser produtivo que tinha uma função utilitária para a sociedade, pois a partir dos sete anos de idade era inserida na vida adulta e tornava-se útil na economia familiar, realizando tarefas, imitando seus pais e suas mães, acompanhado-os em seus ofícios, cumprindo, assim, seu papel perante a coletividade. (ROCHA, 2002, p. 52)

Em todos os aspectos, portanto, a criança era vista e tratada como um adulto, desde a sua maneira de ser vestida à sua participação em jogos sexuais. Essas ideias foram alteradas com a visão da criança mística ou criança anjo, fruto da religiosidade cristã, que associava as crianças ao Menino Jesus. De acordo com Ariès (1981), o sentimento afetivo em relação à infância apenas é consolidado com a modernidade, quando a criança passa a ter um papel central nas preocupações da família e da sociedade.¹

Tradição na literatura infantil: o autoritarismo

Os traços autoritários que determinada obra literária apresenta estão associadas comumente à tradicional fórmula de construção dos textos que, com fins didáticos, possuem ideais subjacentes à materialidade linguística que nos é apresentada. Há ideologias, interesses e concepções nas entrelinhas de toda realização da língua, pois toda linguagem é, em suma, ideológica.

Ao nos remontarmos à história da literatura infantil, como aponta Magalhães (1982), percebemos que seu surgimento e impulso se deu associado à pedagogia, estando essa literatura, a princípio, pautada apenas em uma seleção de textos destinados à criança com fins educativos. Essa produção era um veículo de transmissão de valores e regras do mundo dos adultos para um receptor que devia ser domado.

Sabemos, e os estudos educacionais nos permitem afirmar isso com propriedade, que a educação tem como finalidade, também, garantir a manutenção e a permanência de uma determinada estrutura organizacional da sociedade, mediante a transmissão dos pensamentos adultos para os alunos. Impõe-se um modo de viver, uma forma de prosseguir na vida, cerceando um pensamento que está ainda em fase de desenvolvimento, mostrando à criança algo pronto e imutável: *o status quo*. É isso que, em tese, fornece as condições para que o pequeno adulto se realize na sociedade sem entrar em choque com os valores por ela cristalizados (MAGALHÃES, 1982, p. 42).

¹ Não é nosso foco, neste artigo, a exploração histórica da noção de infância/criança. Para isso, recomendamos a leitura de Ariès (1981).

Sobre o objetivo do ideal pedagogizante, apontamos:

À caça ao sonho, todos os conceitos pedagógicos estão voltados para a criança no sentido de dizer no que ela deve se tornar. O objetivo da pedagogia só será atingido se ela conseguir realizar um sujeito senhor de sua própria linguagem e de seus atos, dirigido pela razão e pela lógica, sujeito consciente e destituído de conflito. (MAGALHÃES, 1982, p.42)

Encontramos, nesse caso, uma dupla problemática envolvendo a pedagogia da literatura. Primeiro, há uma contradição: como podemos formar um sujeito dono do seu discurso e atitudes se, em contraponto, indicamos forçosamente a esse indivíduo a maneira pela qual ele deve ser, sem mobilizá-lo em questionamentos próprios acerca da realidade? A segunda questão que se coloca ao nos depararmos com o pensamento da autora sobre o autoritarismo é a utopia de se alcançar um sujeito destituído de conflito. Ora, imaginar um indivíduo que não possua conflito é, no mínimo, inconcebível, especialmente nos moldes que este ideal se coloca.

Para Coelho (2000), a tradição do autoritarismo na literatura infantil pode ser sintetizada em dez características, a saber: (1) o espírito individualista, (2) obediência absoluta à autoridade, (3) sistema social fundado na valorização do ter e do parecer acima do ser, (4) a moral dogmática, (5) a sociedade sexófoba, (6) a reverência pelo passado, (7) a concepção de vida fundada na visão transcendental da condição humana, (8) o racionalismo, (9) o racismo e (10) a criança como um adulto em miniatura. Dessas dez categorias, chamo atenção para a noção de criança, um fator preponderante na distinção entre o que se constitui como autoritário e o que se materializa como emancipatório.

O novo: literatura, transformação e emancipação

A humanidade está constantemente passando por transformações e a maior delas é materializada na Era Digital (GALLI, 2005). Com a globalização e o advento das novas tecnologias, uma das questões que se coloca no âmbito da literatura é se esta continuará tendo espaço na construção da sociedade. A literatura é o microcosmo da vida real, transformado em arte e, dessa forma, ela cumpre a tarefa "(...) de servir como agente de formação, seja no espontâneo convívio livro/leitor, seja no diálogo leitor/texto estimulado pela escola." (COELHO, 2000, p. 15). A literatura é, por excelência, meio de transformação, de emancipação.

Assim como nos estudos linguísticos a concepção de língua é imprescindível norteador dos trabalhos realizados, a noção de criança e de literatura são de suma importância para entendermos a produção literária destinada a crianças. Em solo brasileiro, o nome marco na ruptura com a tradição é o de Monteiro Lobato, cujo objetivo está assentado em interessar a criança, captar sua atenção e diverti-la, além de criar um lugar onde a criança possa morar (MAGALHÃES, 1982, p. 136).

Nessa outra concepção, vemos diferenças em dois planos – o da retórica e o da ideologia. No plano da retórica, referimo-nos aos aspectos linguísticos do texto. As obras emancipatórias não possuem o rebuscamento na linguagem, mas visam aproximar o texto do leitor infantil por meio de uma linguagem coloquial e buscam uma postura espontânea tal qual a das crianças, via neologismos, onomatopeias e outros recursos. No plano da ideologia, por exemplo, em Lobato há a captura do leitor para o mundo ficcional por meio do estímulo para ver a realidade por conceitos próprios, estimulando o senso crítico do leitor. Na obra, um conjunto de elementos sociais são elencados a fim de desenvolver o pensamento da criança.

A emancipação é libertadora. Permite ao indivíduo-leitor experimentar o texto literário por fruição, interagindo com o que está dito e o que existe na realidade que o cerca. Sobre as características dessa literatura inovadora, Coelho (2000) aponta (1) o espírito solidário, (2) o questionamento da autoridade, (3) o sistema social fundado na valorização do ser como ma-

nifestação autêntica do ser, (4) a moral da responsabilidade ética, (5) sociedade sexófila, (6) a redescoberta e reinvenção do passado, (7) a concepção de vida fundada na visão cósmica / existencial / mutante da condição humana, (8) o intuicionismo fenomenológico, (9) o antirracismo e (10) a criança enquanto um ser em formação.

Para Cademartori (1986), o texto de *Alice no País das Maravilhas* “dissolve a ordem estabelecida, o convencional, o lógico, o habitual, propondo o ilógico, o inusitado, o absurdo e a desordem instaurada a partir da queda de Alice no poço” (p. 30). A autora considera a obra de Lewis Carroll como um marco na renovação da literatura infantil, pois representa uma ruptura com os ideais da tradição pedagogizante dos textos. Há que se considerar, contudo, que, mesmo com traços emancipatórios, a polifonia do texto nos permite ver, na materialidade linguística e nas ideologias que o permeiam, marcas também autoritárias.

O sonho, as histórias, as maravilhas: o enredo e alguns comentários

O enredo de nossa obra infantil e juvenil tem seu início situado ao lado de uma ribanceira, lugar no qual Alice, nossa protagonista, impacientemente aguarda sua irmã terminar um livro sem figuras nem diálogos. Em tal momento, nossa menininha avista um coelho branco tirar um relógio de seu colete, e, ainda que não houvesse achado estranho, ela o segue até sua toca, na qual, enfiando-se lá dentro, inicia uma queda longa e demorada, durante a qual questiona-se sobre as mais diversas coisas. Findada sua queda, Alice se depara com um longo corredor que se encerrava num grande salão. Neste, Alice encontra várias portas, uma das quais dava para um esplendoroso jardim que muito a atraiu. A porta deste era demasiado pequena, e Alice não conseguiria passar. Foi então que se deparou com uma garrafinha que possuía “*Beba-me*” escrito e, bebendo, encolheu demais. Vendo um bolo com ordem semelhante (“*Coma-me*”), o comeu e cresceu novamente, porém, demais.

Vendo-se grande e sozinha, Alice chorou e inundou o lugar, ainda que com a presença repentina do Coelho, chorou até que se viu submersa em lágrimas. Após uma crise existencial e encontrando um Camundongo, Alice nada até as margens e lá encontra vários outros animais em um dilema: como poderiam se secar. A decisão tomada foi por uma corrida em comitê, da qual os vencedores receberam um prêmio da menina.

Notem-se os aspectos estéticos da obra, criados a partir de elementos comuns no reino da fantasia infantil: animais falantes, comidas mágicas, construções maravilhosas. As imagens geradas no leitor, até aqui, prendem a atenção, especialmente a das crianças, por uma real aproximação com o seu universo imaginário.

Na sequência, Alice vai parar na casa do Coelho e é confundida com sua criada, *Mary Ann*. Adentrando na casa, encontra mais uma garrafinha que levou aos lábios e cresceu assustadoramente, não cabendo na casa. O alvoroço causado por isso foi tamanho que procederam a uma verdadeira força-tarefa para a identificação daquele intruso, resultando na grande queda do lagarto Bill e na fuga de Alice.

No encontro com a Lagarta, Alice trava uma discussão com a Sábida do Narguilé sobre para onde ela pode/deve ir e como chegar ao seu tamanho normal. A solução seria o cogumelo no qual a Lagarta estava sentada. Um lado a faria crescer, o outro a faria diminuir.

Seguimos a narrativa com a chegada de Alice à casa da Duquesa, onde há um verdadeiro caos advindo dos gritos e das loucuras dos residentes – a Duquesa, a cozinheira, o garoto estranho e o lacaio. Vendo a Duquesa quase matar o filho, Alice o leva embora e logo ele se transforma em um porco. Encontrando, após isso, o Gato de *Cheshire* (gato da duquesa que sumia e aparecia, além de que estar sempre com um misterioso sorriso), Alice decide ir ao lar da Lebre de Março.

No próximo encontro, Alice se depara com o Chapeleiro Maluco, a Lebre de Março e o Caxinguelê – este, sonolento; aqueles, loucos. Após um chá maluco, nossa protagonista adentra o campo de croqué da Rainha de Copas, uma louca tirana que deseja cortar as cabeças de qualquer súdito. É por intermédio da Rainha que Alice vai ter, junto ao Grifo, com a Tartaruga Falsa, esta que tenta justificar sua tristeza lembrando da época em que vivia no mar. O enredo encerra-se com o final de um julgamento no qual não há provas concretas e que Alice interfere,

na defesa do acusado injustamente, sendo interpelada pelos soldados e acordando do sonho.

A criação de Lewis Carroll se caracteriza pela brilhante construção aparentemente ilógica de um sonho que muda de perspectiva, assumindo, pelo caráter emancipatório, discussões importantes, como a posição social que a criança ocupa, sempre estando à margem dos adultos. As imagens criadas a partir das descrições de Lewis são compatíveis com o pensamento da criança. A fantasia e o maravilhoso se instalam na obra em consonância com o que desperta interesse no leitor, mediante as construções estéticas feitas.

Aspectos emancipatórios na obra de Carroll

Ao analisarmos o texto de *Alice no País das Maravilhas*, observamos tanto aspectos autoritários quanto emancipatórios. O caráter emancipador se materializa em momentos do discurso da personagem principal e permeia o enredo, sendo a motivação para os estudiosos considerarem esse texto um marco na literatura infantil.

Conforme apontamos anteriormente, o caráter emancipatório de uma obra literária pode se manifestar de várias formas. No caso do livro que analisamos, a primeira observação desse aspecto é feita pela construção imagética e discursiva do primeiro capítulo. Alice, sentindo-se entediada ao ar livre, junto de sua irmã, questiona o livro que está lê: “E para que serve um livro, pensou Alice, sem figuras nem diálogos?” (CARROLL, 2013, p. 9)². Essa fala da personagem em momento algum reflete um cunho negativo sobre a criança, mas sim uma representação que se tem sobre essa fase da vida. De fato, é muito mais prazeroso, aos olhos de uma criança, um livro com imagens, para que ela possa atribuir sentidos e também questionar as relações imagem-texto, e com diálogos, demonstrando a ação verbal que ocorre ao longo da narrativa que se lê.

Carroll, assim, aproxima o seu livro do público ao qual se dirige. Essa estratégia é notada, ainda, na queda de Alice ao entrar na toca do Coelho, quando fica maravilhada com as palavras *latitude* e *longitude*: “(...) mas queria saber qual a Latitude e a Longitude em que estou!” (Alice não tinha a menor ideia do que fosse Latitude, muito menos Longitude, mas achou que eram belas palavras, formidáveis de dizer.)” (CARROLL, 2002, p. 10). A aproximação, aqui, é feita no plano retórico. A prova disso é que as crianças costumam adotar palavras “de estimação” pelo simples fato de serem belas aos seus ouvidos. Na literatura, esse recurso é notório na criação de, por exemplo, onomatopeias e neologismos.

No primeiro capítulo, ainda, onde detemos nosso olhar com mais cautela, há um trecho que marca a inocência de Alice, mas ao mesmo tempo a sua capacidade de raciocínio, entendendo-a não como um pequeno adulto, mas como uma criança que, como tal, apresenta características próprias de pensar. Esse é o momento em que ela se depara com o frasco no qual está escrito “Beba-me”:

Era fácil demais dizer “Beba-me”, mas a inteligente pequena Alice não iria fazer isso assim com tanta pressa. “Não”, disse ela, “vou olhar primeiro e ver se não está marcado ‘veneno’”: pois ela já lera tantas histórias de crianças que tinham acabado queimadas, ou comidas por animais ferozes, ou outras coisas desagradáveis, tudo porque não se lembravam das regras mais simples que pessoas amigas lhes tinham ensinado, tais como: um atizador em brasa, quando segurado por muito tempo, queima a mão; quando se corta o dedo muito profundamente com uma faca, em geral sangra; e ela nunca se esquecerá de que, quando se bebe de uma garrafa marcada “veneno”, é quase certo que mais cedo ou mais tarde vai fazer mal. (CARROLL, 2002, p. 13)

Embora o pensamento de Alice de não beber, a princípio, o conteúdo do frasco tenha sido consideravelmente racional e inteligente, as razões disso, vistas nas regras simples que ela elenca, são tipicamente explicações de uma criança – o atizador em brasa que queima, o

² Nas análises, foram consideradas algumas edições do livro clássico, apresentadas nas referências.

corde do dedo que sangra, o veneno que causa problemas. Respeita-se, assim, o imaginário da criança e as formas de seu pensar, distanciando-se de uma postura que a considere como um adulto em miniatura.

Em outra ocasião da narrativa, há um trecho interessante, no qual se nota a confluência de elementos autoritários e emancipatórios. É nesse momento em que Alice tem uma espécie de “crise existencial”, durante a qual questiona a si mesma, em busca de entender quem ela é:

Alice apanhou o leque e as luvas e, como a sala estava muito quente, começou a abanar-se enquanto falava: “Ai, meu Deus! Como tudo está esquisito hoje! E pensar que ontem tudo estava normal. Será que eu mudei durante a noite? Vamos ver: eu era a mesma quando me levantei esta manhã? Estou quase me recordando que me sentia um pouquinho diferente. Mas, se eu não sou mais a mesma, a pergunta é: ‘Quem afinal eu sou?’ Ah, aí é que está o problema!” E começou a pensar em todas as meninas que conhecia e que tinham a sua idade, para ver se teria se transformado em alguma delas. (CARROLL, 2000, p. 33)

Como um sujeito em formação, a criança passa, aqui, por uma fase de questionamento de si, a fim de entender que ela era após tantas mudanças em um dia tão maluco. Esse autoquestionamento faz parte da concepção de vida fundada na visão cósmica / existencial / mutante da condição humana, de que nos fala Coelho (2000). Ainda pequena, Alice entende as constantes mudanças pelas quais o ser humano passa.

Delimitamos nossa análise, mais detidamente, a partir deste momento, aos capítulos 8 e 9, os quais ilustram bem o caráter inovador da emancipação. No primeiro, Alice está no castelo da Rainha de Copas. Após se deparar com suas cartas de baralho pintando rosas brancas que plantaram, ao invés de rosas vermelhas, ela se encontra com a Rainha que a questiona acerca de quem eles seriam:

Quando o cortejo assou diante de Alice, todos pararam e a fitaram, e a Rainha disse num tom severo: “Quem é essa?” (...) “Qual é o seu nome, criança?” “Meu nome é Alice, para servir à Vossa Majestade” (...) “E quem são esses?” Quis saber a Rainha [referindo-se aos guardas jardineiros]. (...) “Como eu poderia saber? (...) Isso não é da minha conta. (CARROLL, 2002, p. 79-80)

Nesse pequeno trecho de diálogo da Rainha e Alice, podemos ver o questionamento da autoridade como um poder absoluto por parte de Alice. Nesse caso, não se trata de uma revolução contra uma instância superior, mas uma imposição de um espaço que à criança é relegado, de subalternidade, de ausência de espaço discursivo e de ação por si mesma. Não se trata, também, de uma atitude mal educada de uma criança birrenta. Pelo contrário, o que ocorre é um questionamento da posição social que a Rainha ocupa, enquanto indivíduo que reina sobre um grupo de súditos, cujo papel deveria ser desempenhado de maneira diferente da que se manifestava nas atitudes da majestade. Alice questiona um fato da realidade que nos cerca: pessoas loucas pelo poder e que, no delírio de sua posição, costumam não atender àquilo que deveria ser reservado a esta. A Rainha é questionada, em seguida, quando ordena que a cabeça da menina seja cortada, momento em que Alice enuncia: “Disparate”, o que caracteriza sua insatisfação quanto à relação assimétrica que há, bem como seu protesto à sentença da Rainha.

O questionamento da autoridade proposto por Coelho (2000) também não se limita ao trecho exposto. Também em seu diálogo com a Duquesa, quando esta deseja-lhe convencer de que tudo na vida tem uma moral, vemos a aparente ousadia de Alice:

(...) A essa altura, esquecera por completo a Duquesa, e teve um ligeiro sobressalto ao ouvir-lhe a voz junto ao ouvido: “Você está pensando em alguma coisa, minha cara, e isso a faz esquecer de falar. Neste instante não posso lhe dizer qual é a moral disso, mas vou me lembrar daqui a pouquinho.” “Talvez não tenha nenhuma”, Alice *atreveu-se* a observar. (CARROLL, 2002, p. 87-88)

Nesse momento, a Duquesa está tentando interagir com Alice, na busca de mostrar-lhe uma moral para tudo (atitude tipicamente autoritária). Ainda assim, esta continua tentando deixar a Duquesa em segundo plano. No excerto acima, o senso comum poderia imaginar a cena de uma garota que desrespeita os mais velhos, respondendo-os e não considerando seus ensinamentos. Há que se considerar, contudo, que não há um desrespeito, mas um questionamento da Duquesa. Ainda que esta seja mais velha e, teoricamente, mais experiente, apresenta comportamentos extremamente ilógicos, propondo morais sem coerência para aquilo que era dito por Alice. Aqui reside uma grande ironia que o questionamento à autoridade materializa: a idade do indivíduo não pressupõe sabedoria. A partir do momento em que a garota diz não haver nenhuma moral, quebra-se essa ideia, uma vez que a Duquesa tenta emendar ao discurso de Alice máximas que não são cabíveis.

Noutra parte do diálogo, Alice advoga em seu favor, dizendo “Tenho o direito de pensar”. O que vemos aqui é o questionamento da noção de sujeito que se tem sobre a criança. Numa perspectiva autoritária, a criança é vista como um sujeito a ser moldado e regado a pensar de uma determinada forma, a qual a sociedade lhe exige; o reflexo disso é na literatura, que a coloca como um indivíduo que não tem de pensar, mas que usufrui do pensamento dos adultos. Em *Alice*, a criança tem espaço discursivo: pensa, questiona, forma um pensamento – prova disso é a análise que fizemos anteriormente.

Outro aspecto presente na obra é o espírito solidário socializante, ou seja, o indivíduo entende que faz parte de um todo. Por razões de espaço, não traremos para o corpo do texto as ocorrências desse aspecto, mas este pode ser observado quando Alice solidariza-se do menino-porco na casa da Duquesa (ver capítulo 6), ou quando intercede pelos guardas que a Rainha deseja matar (ver capítulo 8). O que se percebe nesses capítulos é a consciência de Alice de que esta é um indivíduo atuante na sociedade e que tem papéis sociais a serem cumpridos, sendo solidária.

Outros aspectos podem ser observados, mas, novamente, por razões de espaço, limito-me à análise destes.

O autoritarismo em *Alice*

Baseando-me, novamente, no que propõe Coelho (2000), os traços tradicionais do autoritarismo mais presentes em *Alice no País das Maravilhas* são a obediência absoluta à autoridade e o sistema social baseado no ter e no parecer acima do ser. Contudo, adianto que essas influências são reflexos da sociedade, que não necessariamente são marcadamente presentes no discurso da personagem, mas resquícios de ideais que o contexto possui.

No primeiro caso, não há ocorrências explícitas no livro em que a personagem protagonista obedeça estritamente às ordens de uma autoridade sem questionamento ou sem um interesse que transcenda essa obediência. Há que se considerar, contudo, que existem ecos do autoritarismo que estão presentes inconscientemente no discurso de Alice e no discurso do narrador, o que corrobora aquilo que foi apontado em textos teóricos lidos – *mesmo livros considerados emancipatórios apresentam traços da tradicional ideia pedagogizante, ainda que não completamente*.

Um desses momentos ocorre no capítulo dois, quando Alice está se afogando nas lá-

grimas que chorou. Ela questiona-se sobre a culpa que possui naquilo, sendo aparentemente castigada se afogando nas próprias lágrimas. A voz autoritária, aqui, se manifesta no eco do discurso dos pais que estão a todo momento requerendo dos filhos que estes não chorem, o que muitas vezes é “recompensado” com um castigo.

Outras ocorrências de obediência à autoridade podem ser percebidas ao longo dos diálogos realizados entre Alice e outros personagens, como na história contada pelo Caxinguelê (capítulo 7), a qual é interrompida a todo momento por Alice, mas silenciada pelos outros personagens aparentemente mais velhos, bem como na corrida em comitê (capítulo 3), a qual o Papagaio decide sua realização por ser ‘mais velho’.

No capítulo 2, Alice experimenta uma crise existencial, na qual ela não consegue se ver como um indivíduo único tal qual era, ou seja, não mais se reconhecia como sendo aquela que era antes. Nisto, ela passa a se questionar sobre quem seria e elenca nomes de conhecidas, como Mabel. Quando esta é apresentada, percebemos uma visão negativa que sobre ela incide, como a aparente pobreza de Mabel, manifestada na casinha pequena que possui e nos pouquíssimos brinquedos de que dispõe, além de ser desprovida de muito conhecimento, como pensa a própria Alice.

Vemos aqui a valorização do ter e do parecer acima do ser. Não se leva em consideração o caráter ou a história de vida da personagem que é citada, mas apenas o fato de ela ser pobre e parecer ser alguém que não possui inteligência, em detrimento de outros aspectos que são extremamente relevantes quando em contexto de vida real.

Considerações Finais

A literatura infantil acompanha a ideia de criança que temos, sendo essa noção que define uma obra como mais autoritária ou como mais emancipatória. O autoritarismo é uma forma de conceber a literatura direcionada para crianças com um ideal essencialmente formador, não no sentido de auxiliar a criança a se perceber como um sujeito pensante que se situa em um meio social e que deve questionar a realidade em que se insere, mas como um ser regrado, formado a pensar de uma determinada maneira, sem considerar o questionamento do mundo. Em suma, é a imposição de uma ideologia.

A emancipação, contudo, existe com vistas a formar, sim, um sujeito. Mas, neste caso, é um sujeito questionador, crítico, capaz de agir no mundo que o cerca. A visão de criança aqui é de um sujeito em formação que necessita de auxílio ao longo desse caminho, na formação de seu caráter e de sua personalidade.

(...) A evolução é fenômeno incessante... Compreende-se, pois, que essas duas atitudes polares (literária e pedagógica) não são gratuitas. Resultam da indissolubilidade que existe entre a intenção artística e a intenção educativa incorporadas nas próprias raízes da literatura infantil. (COELHO, 2000, p. 48)

Com base no pensamento da autora, podemos perceber que a literatura infantil reside na interrelação entre o caráter formador e o caráter artístico. Em termos de autoritarismo e emancipação, não podemos idealizar as obras emancipatórias como livres de um ideal formador – estas possuem seu caráter de formação, mas em uma perspectiva distinta das obras autoritárias, visando a expansão de horizontes na visão dos pequenos leitores.

No caso de *Alice no País das Maravilhas*, o caráter emancipatório se mostra mais presente do que o autoritário. Considera-se, na obra, o pensamento infantil, respeitando o leitor em formação que toma contato com o texto, aproximando-se dele de forma criativa, inventiva e, sobretudo, inquietante. Essa última característica é fortemente perceptível, visto que o texto como um todo suscita, discretamente por trás de sua inocência história de sonho, questões da realidade que culminam na emancipação daqueles que o leem. Além disso, existe a valorização

da interação leitor-texto, que não se limita à presença ideológica do autor, mas que permite à criança pensar e brincar com a linguagem e com as imagens construídas no texto.

Depreende-se da sumária análise aqui realizada que os traços autoritários se manifestam em todas as obras literárias para crianças, em maior ou menor grau. Além disso, a literatura tem um caráter (trans)formador na sociedade, no sentido de conduzir a uma formação crítica dos leitores (inclusive os pequenos), de modo que estes possam agir na sociedade de maneira consciente, conforme apontam Ferrarezi e Carvalho (2017).

Referências

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

CADEMARTORI, Lígia. **O que é literatura infantil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **O que é literatura infantil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

CARROLL, Lewis. **Alice no País das Maravilhas**. São Paulo: Sol, 2000 [1865].

_____. **Alice**: edição comentada. Rio de Janeiro: Jorhe Zahar, 2002.

_____. **Alice**: Aventuras de Alice no País das Maravilhas; & Através do Espelho. 2.ed. trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil**: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000.

FERRAREZI JR., Celso; CARVALHO, Robson S. de. **De alunos a leitores**: o ensino da leitura na educação básica. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

GALLI, Fernanda. Linguagem da internet: um meio de comunicação global. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio. **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 120-134.

MAGALHÃES, L. C. Literatura infantil brasileira em formação. In: ZILBERMAN, Regina; MAGALHÃES, Lígia Cademartori. **Literatura Infantil**: autoritarismo e emancipação. São Paulo: Ática, 1984.

_____. História infantil e pedagogia. In: _____. **Literatura Infantil**: autoritarismo e emancipação. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1984.

ROCHA, Rita de Cássia Luiz da. História da infância: reflexões acerca de algumas concepções correntes. **Analecta**. Guarapuava, v.3, n.2, p. 51-63, jul./dez. 2002.

Recebido em 24 de julho de 2020.
Aceito em 15 de setembro de 2020.